

14
2014

R

evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

O Antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX

Dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social

Gabriela Mota Marques

Museu da Cidade de Aveiro

mgabi_marques@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 30.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 24.10.2014

Resumo/Abstract:

Os paradigmas e as representações social e moralmente convencionadas para as mulheres distanciam-se dos seus verdadeiros comportamentos e atributos tidos como transgressores da norma, dando origem a ideias, a [pre]conceitos e a imagens nem sempre favoráveis sobre ser feminino, do mesmo modo que colocam em causa os papéis de género. É esse o território propício para o antifeminismo associado à oposição ao feminismo e às intenções de emancipação e de reivindicação de direitos, mas também às interpretações, aos estereótipos e às tradições enraizadas sobre a natureza imperfeita e a inferioridade femininas.

Os receios e as desconfianças face à atuação da mulher, ao seu pretenso poder e a uma possível inversão sexual de funções ou o próprio desconhecimento sobre o universo feminino estão presentes no modo de pensar e de atuar da sociedade. De igual forma traduzem os diferentes níveis e a expressividade que o antifeminismo assume e que são reflexo da influência da igreja, da ciência e de ideologias na preservação dos poderes e valores instituídos, bem como na definição das funções e dos lugares sociais do género.

The paradigms and the representations socially and morally set for women are clearly different from their real behaviors and attributes, which are seen as transgressing the norms. This gives rise to some unfavorable ideas, images and [pre]conceptions about the female being that, at the same time, call into question the gender roles. This is the fertile ground for antifeminism linked to the opposition to feminism and to the female intentions of emancipation and vindication of rights. It also encourages the rooted interpretations, stereotypes and traditions based on the imperfect nature and the inferiority of women. The fears and suspicions arising from the actions of women, their alleged power, an eventual reversal of sexual roles or even the ignorance of the female universe are present in society's way of thinking and acting. Likewise, they show the different levels and the expressiveness that antifeminism assumes and which reflect the influence of the Church, of Science and of ideologies in the preservation of the established powers and values, as well as in the definition of the social roles and places of gender.

Palavras chave/Keywords:

Antifeminismo; Género; Representações sociais.

Antifeminism; Gender; Social representations.

1. A identidade do Antifeminismo

A mulher não se deve instruir nem educar dá nome a um opúsculo de Michelangelo Trombetta, publicado em Portugal, em 1911, no qual o autor defende que as mulheres devem manter-se em casa e ser educadas apenas para cumprir a sua tripla missão de esposas, mães e donas de casa. Uma educação que ultrapasse esta vertente contribui para a corrupção do ser feminino e para a perda de qualidades, nada daí advindo de positivo para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que estão condicionadas e quase condenadas pela sua natureza física. Tal como afirmavam vários anatomistas, “a mulher pensa com o útero”¹.

Na perspetiva do autor, a decadência sentida não era mais do que uma consequência da própria degenerescência feminina ao longo dos tempos e da perda das suas qualidades originais. Mais do que expressar o pensamento deste investigador, a ideia traduz a opinião de um largo sector da sociedade da época.

Ainda que mais evidente na transição do século XIX para o século XX, a contestação ao ser feminino e à sua forma de agir, bem como as imagens que se constroem das mulheres, tidas como seres fracos e corruptíveis, não se limitam, contudo, à contemporaneidade. Pelo contrário, fundam-se na ordem social de matriz judaico-cristã que influencia e define a sociedade ocidental e que, assim, está na origem das manifestações antifemininas.

1.1. Os rumos da historiografia

O antifeminismo enquanto tema de investigação histórica tem-se centrado nas questões de reação ao feminismo, deixando para segundo plano uma análise sobre as mulheres, enquanto seres sociais e parte de uma relação de géneros. Christine Bard ao explicitar o conceito de antifeminismo refere que, em sentido restrito, ele expressa a oposição aos movimentos feministas

¹ TROMBETTA, Michelangelo – *A mulher não se pode instruir nem educar*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1911, p. 16.

e que, num sentido mais lato, revela a hostilidade à emancipação feminina² evidenciando que, em causa, está sempre um desejo de conquista de novos espaços e lugares das mulheres na sociedade e de uma melhoria na sua condição social.

Nesta perspetiva afastam-se do antifeminismo as manifestações de crítica sobre os comportamentos das mulheres associados a factos tão banais como o quotidiano, a moda, a aparência, a fraqueza física e a menoridade intelectual, ou o seu lado sedutor e o efeito persuasor sobre os homens. Quando focados estes são utilizados, essencialmente, para reforçar o perfil psicológico feminino num contexto de emancipação e de reivindicação de poderes que refletem uma hierarquização de género³. Contudo, a mesma Christine Bard reconhece a existência de uma dualidade de sentidos do conceito que engloba as questões de emancipação e da forma de ser femininas, traduzindo, no seu entender, dois níveis de antifeminismo: por um lado o explícito e, por outro, o ordinário ou vulgar “qui doit sa banalité à l’ancienneté des préjugés hostiles aux femmes [voir les dictons populaires] et à son médium privilégié: l’humour, la blague, la caricature, le comique”⁴. Também para Ana Vicente este segundo nível é tido como um antifeminismo passivo, secundário⁵.

A centralização dos discursos e da produção historiográfica acerca das mulheres na condição feminina e nos combates feministas “em detrimento da problematização das relações entre homens e mulheres no processo histórico”⁶ vem reforçar a disposição para se interpretar o antifeminismo num sentido restrito. Essa tendência direciona a investigação numa ótica das mulheres e não tanto do género, muito embora, como reconhece Françoise Thébaud, tal medida leve ao risco de se isolar as mulheres como sujeitos

² BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle d’antiféminisme*, Paris: Fayard, 1999, p. 22.

³ THÉBAUD, Françoise – Genre et Histoire in CASTRO, Zília e ESTEVES, João (Dir.) – *Falar de mulheres. História e historiografia*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 197.

⁴ BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle... cit.*, p. 24.

⁵ VICENTE, Ana – Antifeminismo in MARUJO, António e FRANCO, José Eduardo (Dir.) – *Dança dos demónios. Intolerância em Portugal*, Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 431-483.

⁶ VAQUINHAS, Irene – Mulheres, economia e sociedade em Portugal na segunda metade do século XIX [1850-1900] in CASTRO, Zília e ESTEVES, João (Dir.) – *Falar de mulheres... cit.*, p. 230.

históricos⁷ e não entendidos num universo de relações e de interações que constroem a sua existência e definem a sua representação social. A relação homem-mulher deve constituir o cerne da questão. Mais do que isso, deverá considerar-se, ainda, a relação masculino-feminino que ultrapassa o sentido físico e sexual que distingue os dois géneros e cujas implicações são mais abrangentes e prendem-se com relações de poder⁸.

Analisar o antifeminismo é, portanto, estudar o universo das relações entre os homens e as mulheres, tendo em conta as questões da feminilidade e da masculinidade contextualizadas com as diretrizes sociais do momento. No fundo, é estudar o reflexo e a reação a determinados comportamentos femininos por parte dos dois sexos, uma vez que as atitudes antifeministas não podem ser, apenas, imputadas aos homens. Também as mulheres demonstram reações negativas para com as suas congéneres, perpetuam a ordem instituída e condenam os desvios à norma. Advém-lhe essa quota-parte de responsabilidade e de participação no antifeminismo do seu papel central na estrutura familiar como transmissoras privilegiadas de valores, de tradições e de regras, ou do seu espírito reivindicativo e desejoso de mudança.

1.2. As dimensões do Antifeminismo

A atitude antifeminista por partes das mulheres pressupõe, de certo modo, o entendimento de uma perda das próprias características femininas e uma interiorização de uma figura dominante masculina. Esta linha de pensamento aproxima-se da ideia de Jesús Adrián Escudero sobre a aceitação de um padrão androcêntrico de valores que corrobora as normas instituídas, ao referir-se ao masculino como o arquétipo de conduta que perdura desde a Antiguidade. No seu entender, as mulheres emitam e copiam a masculinidade, o que reforça a noção recorrente do ser feminino como reprodutor e não como criador⁹.

⁷ THÉBAUD, Françoise – Genre et Histoire... , *cit.*, p. 195.

⁸ Downs, Laura, Lee – *Writing gender history*, London: Hodder Arnold, 2004, p. 93.

⁹ ESCUDERO, Jesús Adrián – Cristina de Pisán y la sinrazón de la misoginia. *Diálogo Filosófico*, 59 (2004) 10-11.

Nesta oposição e crítica ao universo feminino tanto os homens como as mulheres têm, por isso, um papel ativo. Como refere Valerie Sanders, o/a antifeminista é definido “as a person hostile to specific items in women’s rights campaigns”¹⁰ e nessa perspetiva há que incluir todas as mulheres para quem os papéis de género tradicionalmente definidos eram consentâneos com a sua forma de vida e inquestionáveis num quadro dominante dos valores masculinos. Numa personificação mais extremista do antifeminismo no feminino, Christine Bard referencia as mulheres que expressam desconforto face às suas congéneres como “les masculinettes” ou mulheres antifeministas¹¹, as quais, de certo modo, podem aproximar-se de uma vertente andrógina do ser feminino.

Verifica-se, neste sentido, que a oposição a determinadas atitudes femininas nem sempre vem apenas de fora¹². Aliás, as próprias feministas são um dos agentes da ação em prol ou contra as mulheres. Revelam, assim, o seu descontentamento e crítica perante aquelas que conservam uma atitude passiva ou cuja existência, no seu entender, se pauta por valores secundários e futilidades, isto é, as mulheres para quem o universo se desenvolve em torno da vida social e da aparência. De igual modo contestam aquelas que, assumindo-se como feministas o fazem num sentido e com objetivos distintos, como sucede no que diz respeito à maternidade sobre a qual “cada militante tem a sua própria concepção”¹³. Por este facto, como refere Christine Bard, “mais paradoxais, numa primeira vista, as feministas exprimem, por vezes, um certo antifeminismo e mesmo uma certa misoginia: antifeminismo porque elas podem criticar as orientações do feminismo dominante do seu tempo; misoginia no sentido que têm de se dissociar do género feminino que contestam e de se distinguir da massa de mulheres vítimas da sua alienação”¹⁴. Florence Rochefort corrobora esta

¹⁰ Valerie Sanders citada por WAGNER, Tamara – *Antifeminism and the victorian novel: rereading nineteenth-century women writers*, New York: Cambria Press, 2009, p. 4-5.

¹¹ BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle... cit.*, p. 24.

¹² MARUJO, António e FRANCO, José Eduardo, (Dir.) – *Dança dos demónios. Intolerância em Portugal*, Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 24.

¹³ COVA, Anne – Feminismos e maternidade entre duas guerras em França. As ambiguidades e as divergências das feministas do passado. *Faces de Eva*, 3 (2000) 35.

¹⁴ BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle... cit.*, p. 24 [tradução da autora].

noção, defendendo que “les frontières ne sont, en effet, pas toujours si claires entre antiféminisme et féminisme”¹⁵.

A própria discussão em torno da diferença entre sexos leva a que a misoginia seja entendida e confundida com o antifeminismo. Historiadoras, como Annelise Maugue e Christine Bard, veiculam essa proeminência da misoginia como uma das imagens de referência nos finais da centúria de Oitocentos estabelecendo, de certa forma, uma associação entre os dois conceitos. No entanto, como refere Florence Rochefort, “le antiféminisme se nourrit souvent de misogynie mais il désigne plus explicitement l’opposition au féminisme et à toute idée d’égalité des sexes”¹⁶. Na perspectiva desta autora, o antifeminismo tem um âmbito específico que corresponde às atitudes e ideias misóginas que se prendem com a contestação e oposição ao feminismo evidenciando um entendimento do conceito no seu sentido restrito.

O termo antifeminismo pode, então, surgir associado e a par com a ideia de misoginia atribuída àqueles que não gostam das mulheres¹⁷ ou que as consideram as causadoras dos males do mundo. Mais do que a proximidade do conceito, segundo Michelle Perrot, o antifeminismo utiliza os recursos e as representações da misoginia¹⁸. Esse ponto de vista funda-se na tradição ocidental alicerçada nas interpretações bíblicas¹⁹ manifestando-se numa forma física, psicológica e simbólica²⁰. Não obstante, como o expressa Maria Bernardete Flores, o antifeminismo revela-se mais racional e articulado que a misoginia²¹ em que se mesclam valores e atitudes com um maior extremismo,

¹⁵ ROCHEFORT, Florence – L’Antiféminisme: un nouveau champ de recherche. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, 57, Janvier-Mars (1998), p. 146, (http://www.persee.fr/revues/home/prescript/article/xxs_02941759_1998_num_57_1_3724, consultado em 2011.08.16).

¹⁶ ROCHEFORT, Florence – L’Antiféminisme..., *cit.*, p. 146.

¹⁷ BARD, Christine (Coord.) – Un siècle..., *cit.*, p. 20.

¹⁸ PERROT, Michelle – *Les femmes ou les silences de l’Histoire*, Paris: Flammarion, 1999, p. 8.

¹⁹ FRANCO, José Eduardo – O mito da mulher em Vieira. Teologia, representação e profecia in CASTRO, Zília e ESTEVES, João (Dir.) – *Falar de mulheres...*, *cit.*, p. 66.

²⁰ ESCUDERO, Jesús Adrián – Cristina de Pisán..., *cit.*, p. 2-4.

²¹ FLORES, Maria Bernardete – O pensamento antifeminista. A querela dos sexos. *Faces de Eva*, 14 (2005) 52.

os quais se prendem com o questionar da dominação masculina²² e com o desconhecido que representa o universo feminino.

No extremo, a reação antifeminina a par com a misoginia pode, ainda, aproximar-se do medo e de uma crença e reação patológica contra as mulheres que se identifica com a *ginecofobia*²³. José Eduardo Franco refere-a como uma “mentalidade femininofóbica” ao mencionar a posição dos pregadores contemporâneos do Padre António Vieira, no século XVII²⁴.

Ainda que sejam próximos, todos estes conceitos representam manifestações distintas que devem ser bem destrinçadas sob pena de um entendimento incorreto da sua natureza e repercussão. Geram-se, assim, diversos níveis de oposição que se traduzem, também, em formas diferentes de ação e de expressão. Da simples maledicência com contornos humorísticos e satíricos expressos por palavras e imagens, passando pelos artigos de opinião, aos debates e aos discursos institucionais e de impacto comportamental e cultural, várias são as facetas do antifeminismo.

As distintas interpretações da crítica e de perceção do universo feminino, tanto pelas atitudes como pelas características que as mulheres podem assumir e que lhe são atribuídas, induzem, ainda, a uma leitura no âmbito dos estereótipos de género como elemento de discurso. Aliás, como afirma Michael Pickering, o tema “mulher”, a par com os relacionados com etnias e raças, constitui um dos principais assuntos geradores de estereótipos e dos que mais perduram no tempo e sofrem mutações atuando como “major ideological devices”²⁵ e refletindo resistência, estabilidade e reprodutibilidade²⁶.

Não obstante, há que estabelecer uma divisão entre os estereótipos de género utilizados num sentido satírico, centrados nos traços de género e reproduzidos em forma de pequenos textos e imagens expressivas de representações sociais, e os que são instrumento do discurso institucional

²² PERROT, Michelle – *Les femmes...*, *cit.*, p. 17.

²³ BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, *cit.*, p. 22.

²⁴ FRANCO, José Eduardo – *O mito da mulher...*, *cit.*, p. 54.

²⁵ PICKERING, Michel – The inescapably social concept of stereotyping in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder e a persistência dos estereótipos / the power and persistence of stereotyping*, Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004, p. 22-23].

²⁶ ABREU, Luís – Os estereótipos na prática discursiva do anticlericalismo in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder...*, *cit.*, p. 71.

e normativo, como o que é veiculado pela Igreja e a Ciência. Estes últimos inscrevem-se no âmbito dos estereótipos de papéis de género, uma vez que assentam nas funções e missões do homem e da mulher na sociedade²⁷. No fundo, estes estereótipos de papéis de género coincidem com as normas e os modelos aceites e instituídos.

O grande poder dos estereótipos reside no facto de transformarem uma simples ideia ou conceito numa força que, em última instância pode acabar por originar alterações ideológicas²⁸ resultantes da sua aceção como “crença excessiva”²⁹. O estereótipo é a demonstração de “an inevitable need for order and control in producing a consistent picture of the world [...]”³⁰. Esta necessidade de ordem e de controlo que se associa à difusão dos estereótipos conduz a uma outra noção que relaciona uma maior expressão e multiplicação do seu uso com momentos de crise e de mudanças profundas³¹. É esse, precisamente, o ambiente vivenciado na transição do século XIX para o século XX e que permite compreender melhor as atitudes e manifestações antifeministas que se registam. A crescente visibilidade das mulheres na sociedade fruto do maior acesso à instrução; do desempenho de novas profissões ou da agregação feminina em torno da defesa dos seus direitos contribuem para esse contexto de mudança consubstanciado, ainda, por instabilidade económica e por mudanças de regimes políticos, como decorre em Portugal.

O desenvolvimento da ciência e a crença desmedida na perfeição e numa verdade absoluta com fundamento positivista, que se vive na época, juntam-se a este leque de fatores gerando um contexto de análise privilegiado. Acresce-lhes um paulatino sentido de patriotismo e de nacionalismo associados a um ambiente belicista, que recrudescerá até ao eclodir da *Grande Guerra*, os quais prefiguram e reafirmam a figura e o género masculinos

²⁷ MATIAS, Fátima – Estereótipos de género no imaginário infantil: a escolha de profissão in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder...*, cit., p. 119.

²⁸ PICKERING, Michel – The inescapably social..., cit., p. 23.

²⁹ ABREU, Luís – Os estereótipos..., cit., p. 72.

³⁰ PICKERING, Michel – The inescapably social..., cit., p. 23.

³¹ VOGEL, Christine – Des stereotypes religieux à la pensée conspirationniste – l'exemple des jésuites in in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder...*, cit., p. 51.

como a referência³². Este reforço da masculinidade é entendido como a reação a uma ameaça real vinda do ser feminino que abala as estruturas e as normas sociais. Annelise Mauge aborda a questão no sentido da “nova Eva e o velho Adão”³³.

1.3. Antifeminismo: um conceito plural

Tomando como referência a noção de que o centro da discussão se prende com o entendimento dos géneros e dos seus papéis sociais e culturais e, num sentido mais profundo, com os próprios valores e conceções da masculinidade e da feminilidade, o antifeminismo vai mais longe e começa a expressa-se muito antes de o feminismo ganhar corpo. Nesta perspetiva, mais do que utilizar o termo *antifeminismo[s]*, deverá considerar-se, preferencialmente, o recurso e afirmação do *antifeminino* e de *reações antifemininas*, uma expressão também utilizada por Carlos Almeida Veloso³⁴ e, em especial, por José Eduardo Franco³⁵.

Assim, para além da oposição às reivindicações feministas a que o vocábulo se reporta numa primeira instância, o antifeminismo ganha contornos de um certo desconforto e de crítica direta ao universo feminino na sua globalidade, mesmo quando não está em causa a luta pela independência financeira, pelo direito de voto ou pela prática de uma profissão tradicionalmente masculina. O seu cerne é a mulher em si enquanto ser biológico e género social, é a sua própria identidade que se [re]define no decurso das ruturas e continuidades do processo histórico.

³² PASTEUR, Paul – Le semeur, la semence et le fidèle combattant de l’avenir ou la masculinité dans la social-démocratie autrichienne (1888-1934). *Le Mouvement Social*, 1/198 (2002), p.: 38, (http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=LMS&ID_NUMPUBLIE=LMS_198&ID_ARTICLE=LMS_198_0035, consultado em 2009.04.01)

³³ MAUGUE, Annelise – A nova Eva e o velho Adão: identidades sexuais em crise in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) – *História das mulheres. O século XX*, vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 581-601.

³⁴ VELOSO, Carlos Almeida – Imagem e condição da mulher na obra de autores portugueses na 1.ª metade do século XVII, in *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. 2, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 251.

³⁵ FRANCO, José Eduardo – O mito da mulher..., *cit.*, p. 41.

A sua forma de agir e de pensar; a sua condição física e intelectual; a sua posição no seio da hierarquia familiar; a sua vida numa esfera do privado e no meio público são, só por si, os motivos de crítica e oposição às mulheres e às manifestações da sua feminilidade, assim como são as razões pelas quais as atitudes antifeministas, ou antifemininas, ultrapassam no tempo o aparecimento dos movimentos feministas da Época Contemporânea. Partindo desse pressuposto Michelle Perrot afirma que o antifeminismo ganha forma, em cada época, centrando-se em tipos de mulheres e atitudes femininas tidas como subversivas. Ana Vicente, por seu lado, refere que, o século XIX vem, apenas, “organizar” o antifeminismo de um modo formal fazendo-o perder o seu carácter “latente e integrador”. Segundo a autora, a sociedade e as civilizações sempre foram definidas e pensadas sob o ponto de vista de uma assimetria dos géneros com preponderância do masculino. É nesse sentido que, em seu entender, se pode interpretar a forma como são definidas as estruturas sociais e o simbolismo relacionado com as vivências em sociedade³⁶, manifestadas, neste caso, como uma recusa da igualdade preconizada como ameaça à ordem e aos poderes instituídos.

Segundo Tamara Wagner, a primeira manifestação do termo *antifeminismo*, no Reino Unido, surge no prefácio da obra *Saint Joan* de George Bernard Shaw, em 1924³⁷. A própria designação de “feminismo”³⁸ é utilizada, oficialmente, apenas, em 1894³⁹, bastante mais tarde que em França, onde o mesmo vocábulo aparece referenciado, em 1871, numa tese de medicina, associado a uma patologia identificada como a feminização masculina⁴⁰.

A associação do termo *feminismo* ao universo da medicina, num sentido de feminização do sexo masculino, é, segundo Karen Offen, atribuída a

³⁶ VICENTE, Ana – Antifeminismo..., *cit.*, p. 433-434.

³⁷ WAGNER, Tamara – *Antifeminism and the victorian novel: rereading nineteenth-century women writers*, New York: Cambria Press, 2009, p. 16, nota 2.

³⁸ Françoise Mayeur, no artigo dedicado ao feminismo no Dictionnaire du XIX^e siècle européen, refere que em Inglaterra surgiu uma segunda variante do termo identificada como *femininismo*. MAYEUR, Françoise – “Féminisme”, in AMBRIÈRE, Madeleine (Dir.) – *Dictionnaire du XIXe Siècle*, Paris: PUF, 1997, p. 424.

³⁹ WAGNER, Tamara – *Antifeminism...*, *cit.*, p. 16, nota 2.

⁴⁰ COVA, Anne – O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspetiva comparada in AMÂNCIO, Lígia; JOAQUIM, Teresa e ALMEIDA, Teresa (Org.) – *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007, p. 29-30.

Charles Fourier, nos alvares de Oitocentos⁴¹ e antevê a justificação da filiação biológica nos discursos da diferença entre gêneros que fundamenta e engrandece o papel da ciência no estabelecimento da ordem social.

O conceito que está na origem do termo *feminismo* associa-se, portanto, à medicina e, como tal, à matriz física e natural que, à luz da ciência do século XIX, determina a condição secundária e inferior das mulheres. Esse virá a ser um dos assuntos de relevo para as feministas, que interpretam e assumem o termo num sentido de gênero e de representação social, com um intuito de mutabilidade do paradigma que se afasta do cariz físico e redutor do sexo.

No que respeita ao antifeminismo a realidade é um tanto diferente. Como refere Christine Bard, a noção desenvolve-se em torno de uma perceção do feminino como gênero e enquanto expressão de uma construção social, ainda que fundamente os seus argumentos nos desígnios da natureza. As suas manifestações através da censura, da interdição e da discriminação ou até com recurso às agressões físicas revelam essa grande amplitude do conceito e as implicações na sociedade⁴².

Em Portugal, a utilização do termo antifeminismo revela-se mais precoce face aos exemplos europeus. Uma das primeiras referências encontradas regista-se em 1909, pelas palavras do Dr. Júlio de Mello de Mattos, proprietário e agricultor, que assume ter feito “profissão de fé anti-feminista” e que se conserva “o mêmso feroz anti-feminista”. O seu discurso surge num longo artigo que dedica ao público feminino com o título *A mulher na agricultura* divulgado na revista *Gazeta das Aldeias*, uma publicação vocacionada para a comunidade rural. Ao longo texto, o autor vai explicando a importância da participação da mulher nas várias tarefas ao lado do seu esposo, mas devendo manter uma atitude feminina e não feminista, pelo que expressa o seu desagrado perante a mulher muito sábia e aquela que “aspira a deputada, a engenheira, a officiala de diligências, a camarista, a amanuense de repartição”, a qual, no seu entender, constitui um “monstro na natureza”⁴³.

⁴¹ Karen Offen, *Sur l'origine...*, *cit.*, p. 492.

⁴² BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, *cit.*, p. 22-24.

⁴³ *Gazeta das Aldeias*, 29.08.1909, p. 97-98.

A noção e consciencialização do significado do vocábulo está já bastante vincada nos finais da década de 1900 com uma conotação de oposição às ideias de autonomia e de emancipação femininas.

Em Maio de 1911, Ana de Castro Osório utiliza o termo num artigo publicado na imprensa, ao referir-se a uma das facções da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* que “se declarou abertamente anti-sufragista, anti-feminista e exclusivamente livre-pensadora [...]”⁴⁴. Em 1916, Antero de Figueiredo recorre também ao termo na sua obra *A Arte na Educação da Mulher* ao referir-se a si próprio: “Eu, antifeminista, sou mais amigo da mulher que os feministas, mais amigo dela que ela própria, pois não a quero destronar das suas prestigiosas complexidades de ser ultrassensível, frágil, carinhosa e bela”⁴⁵. O mesmo propósito assume o republicano Raul Proença numa carta dirigida a Ana de Castro Osório⁴⁶.

Pela relação temporal e etimológica haverá uma certa correspondência entre a difusão dos termos feminismo e antifeminismo, os quais se tornam comuns, apenas, nos alvares de Novecentos. Não obstante, registam-se alguns exemplos anteriores como Oliveira Martins que, em Julho de 1888, dedica uma das suas crónicas ao feminismo⁴⁷.

Mais do que os conceitos apresentados em publicações especializadas, o antifeminismo e as ações antifemininas manifestam-se de modo natural na sociedade em resultado da própria mentalidade e da conduta social revelando uma proveniência longínqua. Para além dos discursos fruto dos normativos sociais, o antifeminismo está amplamente presente nas abordagens humorísticas explorando o potencial de crítica que lhe está inerente.

⁴⁴ *O Tempo*, 16.05.1911, p. 1 in ESTEVES, João – *As origens do sufragismo português: a primeira organização sufragista portuguesa: a associação de Propaganda Feminista [1911-1918]*, Lisboa: Bizâncio, 1998, p. 24.

⁴⁵ FIGUEIREDO, Antero de – *A arte na educação da mulher*, Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1916, p. 8.

⁴⁶ Ana Vicente, O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação in AMÂNCIO, Lúcia; JOAQUIM, Teresa e ALMEIDA, Teresa (Org.) – *O longo caminho das mulheres... cit.*, p. 63 e 65.

⁴⁷ OLIVEIRA MARTINS – *Dispersos. Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria Vasconcelos*, Vol. I, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, p. 159-162.

2. A desigualdade do gênero e as manifestações antifeministas no limiar dos séculos XIX-XX

Geneviève Fraisse considera que “o direito e a história são os dois grandes pólos de reflexão do século XIX”⁴⁸. A sua preponderância no pensamento oitocentista ajuda a explicar e a compreender a relevância que os discursos oficiais procuram impor às relações sociais e, dentro destas, à forma como se entendem os dois sexos. Século da crescente afirmação do indivíduo sobre a comunidade, do privado sobre o público, acentua a importância das interpretações dos papéis e dos lugares de cada gênero na sociedade e, neste contexto, as normas são a referência a seguir como garante da sua manutenção. O Direito incarna o normativo a perfilhar e estrutura a ordem oficial que se deve instituir e à qual todos estão sujeitos. A História, como representação da moral, do costume e da continuidade de atuação, umas vezes associada e influenciada pelo pensamento religioso e noutras como expressão do historicismo, enquanto “utilidade social e mesmo político-ideológica” de cariz laico, marca a persistência e a refundação dos valores que sustentam a sociedade e que assumem um carácter identitário da mesma⁴⁹. Reflete, assim, segundo Fernando Catroga, o conceito de “sociedade-memória” que se evidencia no século XIX⁵⁰.

A estes dois polos de influência na conduta humana associa-se a religião, difusora da figura paradigmática da Virgem Maria como arquétipo do feminino, e a ciência como garante e confirmação racional e exata das regras sociais e das linhas de pensamento estabelecidas pelos outros pilares da sociedade. Muito do crescente papel da ciência na ordem social fica-se a dever à sua popularização, que se relaciona com a difusão de novos conhecimentos passíveis de aplicabilidade na vida quotidiana e tendentes à sua melhoria e aperfeiçoamento, os quais libertam o homem “das concepções teológicas e metafísicas, mesmo na aclaração das grandes

⁴⁸ FRAISSE, Geneviève – Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) – *História das mulheres. O século XX...*, cit., p. 88.

⁴⁹ RIBEIRO, Lia – O papel dos intelectuais na popularização cultural republicana. *Revista de História das Ideias. Os intelectuais e os poderes*, 24 (2003) 301.

⁵⁰ CATROGA, Fernando – Memória; História e Historiografia, Coimbra: Quarteto, 2001, p. 57 citado em RIBEIRO, Lia – O papel dos intelectuais..., cit., p. 300.

questões insolúveis”⁵¹. Acredita-se no progresso até à perfeição com um cunho vincadamente positivista e fundando nas ideias iluministas.

No epicentro destes inúmeros “discursos teóricos, normativos e descritivos” que refletem as preocupações sociais, médicas e morais encontra-se a família⁵², a célula base da estrutura social e no seio da qual se desenham e realizam os papéis de género de modo a “absorver todas as funções [...] e a definir todas as regras e normas”⁵³. Como refere Irene Vaquinhas, “a família, tendo como fundamento o casamento monogâmico, constitui um pequeno sistema político, de estrutura hierarquizada, no qual o pai é o seu chefe natural e autoridade incontestável”⁵⁴. Assim, a discussão em torno da supremacia da estrutura familiar e, dentro desta, da desigualdade e da diferença entre sexos constituem um ponto central procurando provar a inferioridade feminina perante o poder masculino. Como refere Magalhães Lima, “três são os inimigos da mulher: a igreja, os códigos e as convenções sociais”⁵⁵.

Seguindo a tendência europeia, entre o século XIX e o século XX, Portugal tem as mulheres como um dos temas em destaque fazendo dela assunto literário, político, artístico, científico e social, o que é comprovado pelos inúmeros artigos de imprensa e as publicações especializadas. Da defesa de um ensino com maior rigor científico vocacionado para o feminino que a abertura dos liceus veio proporcionar; às primeiras mulheres que desempenham profissões até então masculinas, como a advocacia e a medicina; passando pelas alterações na sua forma de estar em sociedade e de se mostrar, todas elas revelam uma maior presença e visibilidade das mulheres e, como tal, são motivo de um simples comentário ou de uma análise e de estudo. À luz da ciência, da jurisprudência, dos preceitos da

⁵¹ RIBEIRO, Lia – O papel dos intelectuais..., *cit.*, p. 296.

⁵² PERROT, Michelle – Introdução in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) – *História das mulheres. O século XX...*, *cit.*, p. 11.

⁵³ MARTIN-FUGIER, Anne – Os ritos da vida privada burguesa in ARIES, Philippe e DUBY, Georges (Dir.) – *História da vida privada*, vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 91.

⁵⁴ VAQUINHAS, Irene – O quadro doméstico: “em família”. A família, essa “pátria em miniatura”, in MATTOSO, José (Dir.) e VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da vida privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011, p. 123.

⁵⁵ *Almanach d’O Mundo*, 1909, p. 214.

religião professada e da norma social instituída pela tradição e pelo quadro comportamental português, avalia-se o ser feminino e abordam-se questões tão sensíveis como a definição do lugar de cada género no todo social, bem como a relação que se estabelece entre si. Encontrar os fundamentos para marcar ou para diluir a diferença dos dois sexos; estabelecer lugares e atitudes, evidenciar qualidades e defeitos são alguns dos propósitos expostos na extensa lista de escritos em torno das mulheres.

2.1. Os argumentos científicos

A ciência detém nos séculos XIX e XX um papel relevante no entendimento da sociedade e na orientação do seu progresso. A existência humana pauta-se por argumentos racionais e pela busca da verdade insofismável que traduzem a afirmação de uma *biopolítica* definidora dos papéis de género.

As mulheres são condicionadas pela sua natureza física, sinónimo de fragilidade, sujeita a ciclos biológicos que interferem e moldam a sua personalidade e o seu agir, não lhes sendo reconhecida capacidade para o desempenho de determinadas funções e colocando-as numa posição secundária quando são comparadas com o paradigma masculino. De certa forma, os fundamentos da ciência, em particular da medicina e da biologia, continuam a fazer perdurar e a tentar confirmar, racionalmente, os preconceitos enraizados pela tradição e, até, as superstições ancestrais. Num ambiente de crescente laicização do pensamento, o discurso médico procura sobrepor-se ao discurso religioso granjeando argumentos válidos e cientificamente justificáveis que demonstrem a verdade dos factos.

A noção desse poder é reconhecida pelos médicos que fazem valer e afirmar o seu saber científico como determinante na estruturação dos preceitos da sociedade contemporânea e das mutações que estão em curso.

A medicina é, portanto, uma das áreas do saber que grande destaque vem dar ao ser feminino, não apenas pelo facto de se estar a assistir ao aparecimento das primeiras mulheres médicas, como a conhecida Adelaide Cabete [1867-1935], e à proliferação das enfermeiras, mas, sobretudo, vendo-o como objeto de estudo fisiológico e patológico, no que respeita

ao corpo e aos comportamentos. A preocupação pelo apuramento da raça e pela higiene privada, entendida como uma questão social e um reflexo do regramento moral, a par com o reforço da aceção do papel feminino na continuidade da espécie e na criação de uma sociedade mais perfeita, implícita ao seu papel de mãe, justificam as inúmeras publicações de cariz científico⁵⁶ e as dissertações académicas vocacionadas para os problemas de saúde das mulheres. Em Julho de 1894, por exemplo, foram apresentadas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto as teses: *Algumas palavras sobre as perturbações da menstruação*; *Algumas palavras sobre as causas da esterilidade na mulher, e meios possíveis de tratamento* e *Parto Prematuro artificial*⁵⁷.

O grande interesse pelas mulheres e a sua diferença face aos homens, na forma como expressam sanidade ou distúrbios mentais, é um outro dos alvos de análise dos cientistas e médicos. Demonstra-o, ainda no decurso do século XIX, a obra de Júlio César Machado intitulada *Da Loucura e das manias em Portugal. Estudos humorísticos* em que é visível uma destriça entre os doentes mentais masculinos e femininos assente nas diferentes patologias sentidas e nos motivos que os levaram ao internamento. De certa forma, o autor, subscreve a noção de que a loucura traduz a ordem e a essência humana atribuindo a razão aos homens e a emoção e inconstância no pensar e agir às mulheres⁵⁸.

Ainda na área da medicina associada à saúde mental, Miguel Bombarda e Júlio de Matos, a par com o higienista Ricardo Jorge, dão nome às principais intervenções privilegiando o ser feminino em casos de comprometimento da racionalidade, assim como nos estudos de alienados. Miguel Bombarda, aliás, é defensor do “conceito da supposta degenerescência feminina, pela

⁵⁶ Ana Leonor Pereira e João Rui Pita referem essa proliferação de estudos e de publicações com cariz médico e científico, em Portugal, na transição do século XIX para o século XX, acompanhando “a inovação científica produzida sobretudo na Alemanha, na França e na Grã-Bretanha” [PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui – A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal in MATTOSO, José (Dir.) e VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da vida privada em Portugal*, 2011, p. 94].

⁵⁷ *A Medicina Moderna*, Agosto 1894, p. 64.

⁵⁸ MACHADO, Júlio César – *Da Loucura e das Manias em Portugal. Estudos humorísticos*, Lisboa: Livraria de A M Pereira. Editor, 1872.

suspensão de desenvolvimento” e por fatores de hereditariedade⁵⁹. A situação é tanto mais complexa quando os casos analisados envolvem reflexões sobre a prática do mal, em particular em questões como a inimizabilidade dos crimes de que cada indivíduo pode ser acusado. Cruzam-se aqui os interesses entre a ciência e a justiça, bem como a disputa de protagonismo e de afirmação da verdade primeira por cada uma destas áreas do saber que regem as normativas da vida em sociedade.

O reconhecimento do saber dos médicos, em particular dos alienistas, é evidente no final do século XIX. As suas justificações e interpretações para o agir do ser humano são força de lei em muitos casos semelhante à relevância da jurisprudência e usados como prova judicial. A esses discursos junta-se o eclesiástico e todos no seu conjunto “irmanam-se na aversão ao campo privado da liberdade”⁶⁰.

Neste contexto, os estudos do “Eu consciente” e do inconsciente, e, por inerência a percepção do outro, da alteridade, tornam-se relevantes e ajudam a compreender os alvares da psicanálise. Não obstante, em Portugal, as ideias de Freud, cuja introdução no país é atribuída a Egas Moniz, que reconhecia “na psicanálise um paradigma de Modernidade”⁶¹, geram polémica. Seguidor de ideias neomalthusianas defende o eugenismo e o apuramento da raça como forma de valorização nacional assentando as suas aceções na consciência de que são “as doutrinas deterministas, [as] únicas hoje admissíveis em ciência”⁶².

O facto de Egas Moniz dedicar parte considerável da sua investigação às questões da sexualidade poderá justificar a controvérsia em torno das suas análises, ainda que, simultaneamente ao debate aceso, as suas ideias tenham despertado o interesse e, sobretudo, a curiosidade sobre essa temática. As interpretações do instinto e das manifestações de psicopatias sexuais

⁵⁹ *Branco e Negro*, 05.04.1896, p. 1.

⁶⁰ CURADO, Manuel – O ataque aos tribunais pelos psiquiatras portugueses de Oitocentos in *Colóquio O papel dos intelectuais. VII Simpósio Galaico-Português de filosofia*, Braga: Universidade do Minho, 2007, p. 6 (<http://hdl.handle.net/1822/12519>, consultado em 2010.04.02).

⁶¹ Queirós, Alírio – *A recepção de Freud em Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 38.

⁶² EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual. I Fisiologia*, Coimbra: França Amado, Editor, 1901, p. 103.

integram-se neste universo, uma vez que, na sua perspetiva, as neuroses são “manifestações disfarçadas do instinto sexual”⁶³. Esse instinto, aliás, é o ponto essencial no relacionamento entre os dois sexos e, para Egas Moniz, tal como para Freud, a justificação para garantir continuidade da espécie e uma procriação superior. Desse modo, “primeiro deve haver a escolha da mulher, depois a da companheira. Primeiro deve mandar o instinto, depois o raciocínio”⁶⁴. Implicitamente, defende-se o casamento como mecanismo para assegurar a norma e a higiene moral, da mesma forma que concorda com a dificuldade masculina de manter a castidade entendida como “a violência feita às tendências naturais” do homem⁶⁵.

Apesar das distinções físicas e psicológicas que o autor faz entre os dois géneros considera que “nas sociedades civilizadas, e especialmente entre os indivíduos cultos e inteligentes, a mulher é um ser igual, digno de ser amado e respeitado”. Nesse sentido, considera que “a vida sexual está sujeita à civilização e ao desenvolvimento psychico da espécie”⁶⁶. Não obstante esta aceção, Egas Moniz manifesta-se contra o feminismo considerando-o como uma das causas de decréscimo da população em Portugal e defendendo que “a missão da mulher é a maternidade: nenhuma outra preocupação a deve desviar do fim que, para bem da espécie, lhe foi cuidadosamente confiado”. Considera, pois, que a entrada da mulher no mundo do trabalho e o desempenho de funções até então masculinas prejudica a procriação e a assistência aos filhos, para além de, pela sua própria natureza, não reunir as condições necessárias ao bom desempenho dessas novas funções⁶⁷.

O cariz social e moralizador assumido pelos pressupostos científicos contribui, assim, para o reforço da ordem instituída e do que concerne às relações de género. Os discursos tendem a perpetuar a missão feminina que a remete para o dever da maternidade e faz dela, enquanto grávida, uma verdadeira “funcionária social”⁶⁸. Neste sentido, a abordagem aos

⁶³ Queirós, Alírio – *A recepção de Freud...*, *cit.*, p. 40.

⁶⁴ EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, *cit.*, p. xiv.

⁶⁵ EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, *cit.*, p. 116.

⁶⁶ EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, *cit.*, p. 144 e 147.

⁶⁷ EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, *cit.*, p. 281-282.

⁶⁸ ALMEIDA, Jayme – *Elementos para o estudo da condição physica e intelectual da mulher*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirurgica do Porto, Porto: Typ. do Porto Médico, 1907.

desvios que a existência feminina pode sofrer, através de estudos, de comunicações e de peritagem com fins judiciais, atua como um mecanismo de salvaguarda dos valores e de consolidação do conceito de determinismo biológico, podendo, neste contexto, exprimir formas de antifeminismo.

2.2. O poder político e os receios da inversão da ordem social

A sociedade e o poder instituído, com as suas normas e regras bem definidas, representam um outro discurso sobre os gêneros e o lugar de cada um deles no todo social, o qual se afirma sob a forma de moral, enquanto consolidação e reprodução consecutiva de atos e costumes. Deste modo, sendo reveladores de valores culturais enraizados, nos quais o elemento feminino é considerado subordinado ao masculino, os universos político e jurídico não estendem às mulheres grande parte dos direitos já adquiridos pelos homens reproduzindo, neste sentido, a tradição.

Além de uma atitude de reticência dos legisladores e da sociedade perante as mulheres, identificada como seres que se mantêm desconhecidos e, por isso, alvo de certa desconfiança, também os pensadores e filósofos, cuja missão os aproxima de uma maior racionalidade sobre o social e as relações humanas reforçam essa visão do feminino como um ser fraco e submisso a quem a esfera da vida pública é recusada devendo realizar-se em casa, como esposa e mãe. O positivismo, defensor da razão e das verdades absolutas, contribui para a afirmação e o reforço das normas sociais, bem como dos papéis de gênero.

No entanto, uma tentativa de mutação de valores por parte da sociedade civil e dos políticos, da transição de século, imbuídos do espírito republicano, reside na defesa da emancipação da mulher face à Igreja para que ela saia da sua área de influência, deixe de ser o canal transmissor da moral cristã e passe a agir como indivíduo relevante na formação de verdadeiros cidadãos modernos. Neste sentido, os defensores do republicanismo orientam a sua crítica sobre as mulheres para a ameaça que elas constituem pelo facto de, fruto da sua natureza débil, estarem próximas da Igreja e serem facilmente impressionáveis e manipuladas pelos religiosos. Atingindo-as, está-se a atingir a própria Igreja e esse é o objetivo último. Não obstante a laicização

promovida pela República, a população continua, no entanto, a sentir a necessidade da presença da dimensão religiosa na sua vida. Assim, muito embora se acatem as novas leis e regras burocráticas inerentes aos atos civis, os momentos e rituais de passagem conservaram um espírito e um vínculo religioso.

Além disso, a correspondência entre os princípios morais do catolicismo, sobre o altruísmo, a beneficência e o amor ao próximo, e os valores pacifistas e de exaltação do indivíduo que se procuram difundir com a República e que se traduzem na prática de um *apostolado laico* resultam numa certa continuidade das normas e comportamentos. As virtudes atribuídas ao sexo feminino enquadram-se nesse universo, razão pela qual a mulher em geral e as feministas em particular se tornam as suas grandes impulsionadoras.

2.3. A leitura dos intelectuais

Os homens de cultura e, em especial, os escritores portugueses da época expressam, também, a sua perspetiva sobre os lugares de cada género na sociedade. Desde as obras românticas de Júlio Dinis, evocativas das delicadas e ingénuas meninas guiadas pelos seus tutores e submissas aos seus papéis sociais; passando pelos romances de Camilo Castelo Branco, cheios de sentimentos profundos e com uma forte carga dramática; até à escrita realista, descritiva e, profundamente, crítica da sociedade portuguesa finissecular de Eça de Queirós. Revelam-no, entre outros, as personagens femininas em *O crime do Padre Amaro* e *Os Maias*⁶⁹.

Camilo Castelo Branco protagoniza um episódio curioso ao dedicar a sua atenção e alguns dos seus escritos a Maria Rattazzi [Princesa de Solms], que passou algumas temporadas em Portugal e que reportou nos seus comentários e no livro *Portugal à vol d'oiseau. Portugais et portugaises* [1879] a realidade social do país numa perspetiva nem sempre abonatória. As frequentes alusões a um estilo de vida antiquado e até pouco civilizado dos portugueses eram incómodas e foram mal recebidas pela sociedade lusa.

⁶⁹ SILVESTRE, Paulo – Vivências do feminino no final de Oitocentos – representação da mulher em alguns romances e periódicos da época, Lisboa: Universidade Aberta, 2009, p. 45-46 (texto policopiado).

A apreciação que tece sobre o clero português, a quem aconselha a leitura de *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, é um exemplo da sua análise e foi entendida como uma provocação clara⁷⁰.

No entanto, a atitude ousada de se manifestar de modo crítico sobre um país que a recebia com toda a deferência, bem como a sua forma de vida pouco convencional, sempre envolta em futilidades, grandes festas e amores fortuitos eram motivo, por si só, para tornar a princesa num alvo de crítica. Para Camilo, o próprio facto de se afirmar através de uma narrativa com um cariz analítico, bem longe dos paradigmas da escrita feminina, constituía, no seu entender, uma forma de masculinização e transformava-a numa “escritora virago” que “salta as fronteiras do decoro”. Atrever-se a criticar uma sociedade era, nessa ótica, assumir uma atitude viril e perder as características da feminilidade. Além deste carácter masculinizante, na resposta que dá à princesa, Camilo recorre a vários qualificativos menos favoráveis para contrapor e rebater algumas das suas apreciações ou acusações e, em simultâneo, para ridicularizar e rebaixar a veracidade dos factos enunciados. Atributos como “mexeriqueira”, pertencente ao grupo das “princesas vadias” ou detentora de “parvoeza” são utilizados pelo romancista que, ainda, se atreve a designá-la por “Princesa Ratazana”⁷¹.

Numa época de reforço dos sentimentos nacionalistas e das noções de pátria e de identidade, como fundamentos para a consolidação da sociedade e do Estado, ver o país ser alvo de comentário pela voz de uma mulher e, em particular estrangeira, seria razão mais do que evidente para controvérsia. Desse modo se compreende que, para além da publicação de Camilo Castelo Branco [1881], outros autores lhe tenham dedicado obra, como Urbano de Castro e Monteiro Ramalho [1880], ou Rafael Bordalo Pinheiro [1880].

Anos mais tarde [1912-1913], o reconhecido académico e historiador de arte Joaquim de Vasconcelos, em troca de correspondência com o seu amigo António Augusto Gonçalves, continua a revelar um certo desconforto pela projecção feminina na esfera social e do saber, no seu caso diretamente representada pela esposa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos [1851-1925]. Por entre as referências à entrada de Carolina para a Universidade de

⁷⁰ CASTELO BRANCO, Camilo, *A senhora Rattazzi*, Lisboa: Frenesi, 2001, p. 18.

⁷¹ CASTELO BRANCO, Camilo, *A senhora Rattazzi...*, cit., p. 12, 18; 42; 44 e 51.

Coimbra como docente e investigadora, Vasconcelos, ainda que agradeça ao reitor e a outros colegas o facto de lhe terem proporcionado o lugar, vai revelando as suas dúvidas quanto à competência científica da sua mulher no campo das artes. A missiva enviada em 24 de Novembro de 1912 é disso um bom exemplo ao referir que “M.^a mulher fez alli historia de arte por sua conta, o que (eu não li as provas) é possível – mas sahiu arriscado, com erros evidentes”⁷².

Joaquim de Vasconcelos vê na profissão da esposa e no facto de ter sido ela a tratar de todos os procedimentos e negociações que a levaram a tornar-se na primeira mulher docente numa universidade portuguesa como um ato de “emancipação completa”. Considera, também, essa atitude como uma expressão das tendências feministas de Carolina fortemente influenciadas pela *Liga das Mulheres Republicanas* e por Magalhães Lima, o que lhe causa desagrado. Não obstante, Vasconcelos admite que irá acompanhar a esposa a Coimbra na sua entrada na vida académica, ainda que alerte que será apenas dessa vez que o fará na condição de “*dueña masculina*, de calças”⁷³.

A justificação frequente que Joaquim de Vasconcelos apresenta para se demarcar das ideias feministas da esposa e de, em simultâneo, tentar transparecer o seu poder orientador da função educativa que Carolina assumiu na universidade coimbrã, faz antever uma preocupação masculina pelo controlo da ação feminina e uma necessidade de a trazer para a realidade social, afastando-a de caminhos insensatos e de devaneios ilógicos. Não colocando em causa o seu saber, nem expressando uma atitude contrária à instrução das mulheres, as epístolas de Joaquim de Vasconcelos permitem depreender, ainda, que o conhecimento feminino, mesmo letrado como o de Carolina Michaëlis, tem sempre subjacente uma monitorização masculina para ser valorizado e aceite como válido.

A consciência de uma menoridade intelectual defendida por alguns pensadores e cientistas do século XIX surge assim, lado a lado, com o receio de uma afirmação e autonomia por meio de uma elevada instrução. Oliveira Martins também entendia este receio perante o excesso de saber feminino

⁷² FREITAS, Eugénio – *Cartas de Joaquim de Vasconcelos*, Porto: Edições Marques Abreu. Herdeiros, 1973: 231.

⁷³ FREITAS, Eugénio – *Cartas...*, *cit.*, p. 216 e 238.

como “uma tendência de masculinizar o sexo, e a invenção de mulheres-livres: ministros, advogados, médicos, eleitores, de saias – se a saia não fôr também banida com o sexo!”. Na sua perspetiva, o desejo de igualdade que lhe está implícito é uma “aberração singular! Se a mulher é como o homem, porque existiriam sexos? Quem tal reclama deveria pedir primeiro à natureza o androginismo!”. Salvaguardam essa posição do autor, perante a natural e desejada diferença de sexos, os condicionamentos biológicos, uma vez que “as regras, a prenhez, o parto fazem-te inválida; és enfêrma por condição, és histérica...”⁷⁴.

Nas artes plásticas, a transição do século XIX para o XX revela uma crescente presença de figuras femininas. O facto de as qualidades artísticas constituírem um dos conteúdos programáticos na aprendizagem da mulher burguesa, a sua área de ação reservava-se para os bordados, a música e a pintura cujos temas se desenvolviam em torno de motivos florais, das naturezas mortas e das cenas do quotidiano de cariz doméstico. Esta procura de “reconverter as actividades intelectuais e artísticas tradicionais femininas” era entendida como “a arte, posta ao serviço do lar”⁷⁵. Não obstante, a sua paulatina participação em salões e certames, a par com as frequentes referências que lhe são feitas na imprensa revelam uma produção e uma criação artística que vai ganhando o seu próprio lugar e exemplifica a crescente visibilidade e afirmação das mulheres na sociedade.

Conclusão

O antifeminismo, enquanto conceito e prática social adversa à mulher, nas suas diferentes vertentes, insere-se num jogo de identidades e de manifestações em torno das imagens e da realidade do universo feminino, num determinado momento. Por este facto, não pode ser reduzido ao seu significado restrito, enquanto opositor do feminismo e das ideias feministas, mas, pelo contrário, engloba os discursos e as imagens negativas,

⁷⁴ OLIVEIRA MARTINS – *Dispersos...*, cit., p. 153-157.

⁷⁵ *O Jornal da Mulher*, 30.07.1911, citado por VAQUINHAS, Irene – “*Miserável e gloriosa*”..., cit., p. 73.

de censura e reparo, sobre o género feminino e sobre a sua forma de ser e agir, as quais se fundam na tradição cultural e nas regras assentes pelos grupos dominantes com o garante da consolidação e salvaguarda dos valores e dos comportamentos sociais vigentes e formalmente instituídos.

Neste contexto e perante a diversidade de temas e motivos para a contestação às mulheres é possível encontrar duas formas de manifestação do antifeminismo. Em primeiro lugar, um antifeminismo *subconsciente* ou *latente*, isto é, que deriva das imagens dos géneros que resultam do perdurar das tradições culturais e dos costumes. A segunda via corresponde a um antifeminismo *consciente* cujos conteúdos e, sobretudo, as manifestações têm um impacto profundo na sociedade no seu todo e recorrem a um discurso sustentado no conhecimento e na racionalidade.

O controverso *Fim de Século* referenciado por Christine Bard e Annelise Maugue⁷⁶ terá sido, apenas, o momento em que a expressão do antifeminismo terá ganho maior visibilidade, tanto pela ação das próprias mulheres, como pela fácil divulgação dos comentários, pensamentos, estudos e opiniões sobre si nos florescentes meios científicos, intelectuais e nos veículos de comunicação da época.

⁷⁶ BARD, Christine (Coord.) – Un siècle..., *cit.*, p. 8.